

economia

CMPC está otimista sobre liberação de licença

Diretor-geral da empresa no Brasil, Antonio Lacerda vê perspectiva positiva ao avanço de novo empreendimento em Barra do Ribeiro

/INDÚSTRIA

Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

Após meses de imbrólios jurídicos e ambientais, a fábrica de celulose da CMPC em Barra do Ribeiro, na Região Centro-Sul do Estado, pode ter seu futuro definido ainda neste mês. O diretor-geral da multinacional no Brasil, Antonio Lacerda, traz uma perspectiva positiva sobre o empreendimento e reafirma que o mês de setembro deverá ser decisivo ao projeto que envolve o maior investimento já anunciado no Rio Grande do Sul, de R\$ 27 bilhões.

“É um mês decisivo em dois aspectos. Primeiro, porque o procurador federal Ricardo Gralha pediu pela segunda vez a suspensão de todo o processo do licenciamento por uma liminar. Ele já não conseguiu sucesso na primeira junto à Justiça Federal na primeira instância e, agora, esperamos que o TRF-4 se manifeste de forma negativa em relação à segunda liminar, temos uma esperança muito grande de que isso aconteça. E, também, o processo de licenciamento continua paralelamente. E esperamos ter a licença prévia até o final do mês”, avaliou Lacerda



TÂNIA MEINERZ/JC

Executivo espera licença prévia ambiental para instalação de nova fábrica de celulose ainda em setembro

durante evento na Casa do Jornal do Comércio na 49ª Expointer.

Em entrevistas exclusivas concedidas ao Jornal do Comércio, representantes do governo estadual traçaram perspectivas semelhantes, indicando que há possibilidade de que os imbrólios se resolvam em breve. Foi o caso da nova secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura, Isa Carla Osterkamp, que substituiu Marjorie Kauffmann no comando da

pasta, que estima para as próximas semanas um desfecho sobre a concessão da licença prévia ambiental do complexo, que, provavelmente, será viabilizada.

“Está em andamento. Estamos ainda em tratativas para que nas próximas semanas a gente consiga ter as culminâncias do que vem a ser esse licenciamento. Mas, a expectativa é positiva”, afirmou a nova dirigente da Secretaria Estadual do Meio Ambiente

e Infraestrutura.

Enquanto isso, o governador Eduardo Leite disse que o governo estadual aguarda um segundo estudo técnico da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para emitir a licença prévia a partir da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam).

“O processo de licenciamento contempla toda a parte de impacto ambiental e também o chamado componente indígena, que é ana-

lisado pela Funai. Já há, para um primeiro grupo de indígenas, uma análise da Funai, mas aguarda-se uma segunda sobre um outro grupo indígena que está na área impactada. No momento que houver essa manifestação da Funai, estaremos em condições de ter a emissão da licença pela Fepam”, pontuou o chefe do Piratini.

Ele ainda reafirmou considerar equivocada a interpretação que o procurador federal realiza da norma de licenciamento.

“O procurador tem o direito que lhe assiste de acionar judicialmente, fez esse questionamento, mas todo o processo está sendo feito de acordo com a norma. Não ter esse questionamento do procurador teria acelerado o processo porque ele está transcorrendo dentro da normalidade. A empresa fez a contratação das consultorias técnicas, faz a análise desse componente indígena, juntou, se não me engano, há três semanas, documentações junto à Funai, que já se manifestou sobre uma parte e há expectativa de que se manifeste sobre a outra. E, em breve, esperamos poder fazer a emissão da licença com a profunda responsabilidade que tem o nosso órgão ambiental em relação a esse tema”, acrescentou Leite.

Contrato de terminal de celulose da companhia em Rio Grande será assinado dia 9

A assinatura do contrato para a cessão de área para a construção de um terminal de celulose da CMPC junto ao porto de Rio Grande já tem data. Conforme a Superintendência de Patrimônio da União no Rio Grande do Sul (SPU/RS), a cerimônia será realizada a partir das 9h do dia 9 de setembro, na planta industrial da multinacional em Guaíba. O evento contará com a presença da ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e envolverá visitas nas instalações fabris e coletiva de imprensa.

“Assinaremos junto com a ministra o contrato de cessão do terminal portuário. É um projeto muito importante para a região, com mais de 1,2 mil empregos gerados e, com certeza, já é um marco para a cidade de Rio Grande”, avalia o diretor-geral da CMPC no Brasil, Antonio Lacerda.

O terminal integra o Projeto Natureza, fruto do maior inves-

timento já anunciado no Estado, de R\$ 27 bilhões, e que também envolve a construção de uma fábrica de celulose em Barra do Ribeiro que aguarda a licença prévia – questão que Lacerda espera resolver ainda em setembro. Do valor, R\$ 1,4 bilhão ficará no porto de Rio Grande.

As iniciativas avançam de maneira independente. Conforme o diretor-geral da CMPC no Brasil, a produção da empresa em sua planta industrial em Guaíba já justificaria a necessidade portuária.

O executivo da multinacional também afirma que a expectativa é de iniciar as obras do terminal portuário no princípio de 2027, com previsão de serem concluídas dentro de um período de 30 meses – cerca de dois anos e meio. Há contrapartidas exigidas para a cessão da área que podem ter sua execução iniciada assim que a autorização for emitida.

“A melhoria da navegabilidade com o aumento do calado bene-

ficia todos os usuários do porto, é muito importante para nós. Assim que estivermos liberados, come-

çaremos a dragagem e a reforma de dez casas históricas do terminal portuário. Também daremos

início à construção do terminal, que queremos começar o quanto antes”, acrescenta Lacerda.



FABIANO PANIZZI/CMPC/JC

CMPC já conta com produção em Guaíba e pretende construir sua segunda unidade na Região Metropolitana